

**FRANZ KAFKA: NO LIMIAR DE TRÊS MUNDOS - TRADIÇÃO JUDAICA, ASSIMILACIONISMO E  
NACIONALISMO TCHECO**

**FRANZ KAFKA: ON THE THRESHOLD OF THREE WORLDS - JEWISH TRADITION,  
ASSIMILATIONISM, AND CZECH NATIONALISM**

*Rafael de Oliveira Carapajó*<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo analisa a obra de Franz Kafka no contexto jurídico, cultural e político de Praga, então parte do Império Austro-Húngaro, destacando sua posição entre três mundos em tensão: tradição judaica, assimilacionismo e nacionalismo tcheco. Inserido em um ambiente de intensa burocratização, fragmentação da herança judaica e conflitos linguísticos e sociais, Kafka refletiu essas tensões em sua literatura. O estudo investiga como esse entrecruzamento histórico se manifesta em "O Processo", "O Castelo" e "Diante da Lei", com ênfase no funcionamento do sistema jurídico imperial. Baseia-se em pesquisa bibliográfica, fontes históricas sobre a administração e o direito austro-húngaro, na tradição judaica e no contexto político de Praga, articulando análise literária, contextualização histórica e interpretação filosófico-jurídica. Desde o século XIX, judeus de Praga passaram por emancipação civil condicionada à adoção da língua e cultura alemãs, processo ligado ao assimilacionismo. Paralelamente, a dominação austríaca e a dificuldade de autonomia da Boêmia impulsionaram o nacionalismo tcheco. Além disso, a tradição judaica surge em ruínas, pois o escritor viveu num mundo em que o antigo sistema religioso já não mantinha unidade nem continuidade histórica. Conclui-se que Kafka universalizou essas tensões, transformando-as em histórias sobre alienação, autoridade e exclusão, revelando as contradições do direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Franz Kafka; tradição judaica; assimilacionismo; nacionalismo tcheco; direito formal do Império Austro-húngaro.

**ABSTRACT**

This article analyzes the work of Franz Kafka within the legal, cultural, and political context of Prague, then part of the Austro-Hungarian Empire, highlighting its position between three worlds in tension: Jewish tradition, assimilationism, and Czech nationalism. Situated within an environment of intense bureaucratization, fragmentation of Jewish heritage, and linguistic and social conflicts, Kafka reflected these tensions in his literature. The study investigates how this historical intersection manifests itself in "The Trial," "The Castle," and "Before the Law," with an emphasis on the functioning of the imperial legal system. It is based on bibliographic research, historical sources on Austro-Hungarian

<sup>1</sup> Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9216773184294009>. E-mail: [rafaelcarapajo@uol.com.br](mailto:rafaelcarapajo@uol.com.br)

administration and law, Jewish tradition, and the political context of Prague, articulating literary analysis, historical contextualization, and philosophical-legal interpretation. Since the 19th century, Prague's Jews underwent civil emancipation conditioned on the adoption of the German language and culture, a process linked to assimilationism. Meanwhile, Austrian domination and Bohemia's struggle for autonomy fueled Czech nationalism. Furthermore, Jewish tradition was in ruins, as the writer lived in a world where the old religious system no longer maintained unity or historical continuity. It can be concluded that Kafka universalized these tensions, transforming them into parables about alienation, authority, and exclusion, revealing contradictions of law.

**KEYWORDS:** Franz Kafka; Austro-Hungarian Empire; Jewish tradition; assimilationism; Czech nationalism; formal law. of the Austro-Hungarian Empire.

### 1. INTRODUÇÃO

Uma das chaves para se compreender Kafka está na sua condição de judeu, aspecto esse que transformou sua visão de mundo. Era um judeu de origem, falante de alemão, língua da elite imperial e da administração pública. Viveu em Praga, no meio de um nacionalismo crescente. Essa posição colocou o escritor em uma zona de fronteira, sem pertencimento completo a qualquer grupo. Não era totalmente judeu, muito menos alemão ou tcheco.

Outra importante chave de compreensão é o fato dele ter nascido na Boêmia, parte do extinto império Austro-Húngaro, constituído de um imenso território que abrigava vários povos, línguas e comunidades religiosas diferentes. Viena era a capital do império e Praga, um polo de convivência entre alemães, tchecos e judeus. O Império era conhecido por sua colossal máquina burocrática de repartições e regulamentos. O próprio Kafka trabalhava em uma seguradora estatal. A cidade de Praga, na Europa Central, região do continente entre a Alemanha, a oeste e a Rússia, a leste era uma zona de transição, o meio da Europa.

Considerando essa constelação em torno do escritor, a proposta é conectar os três eixos, começando pela tradição judaica que, segundo Benjamin, estava em ruínas. Essa tradição já não conseguia mais transmitir uma vitalidade espiritual. Isso se deu, em parte, pelo fato da maioria dos judeus que foram para a universidade abandonou a leitura da Torá, se voltando para as atividades das grandes metrópoles. Ao mesmo tempo em que se integravam à sociedade, eles se afastavam das práticas religiosas tradicionais, na tentativa de serem iguais aos cristãos.

A porta de acesso para a justiça é o estudo. Mesmo assim, Kafka não ousa vincular esse estudo às promessas que a tradição agregou ao estudo da Torá. Os assistentes de Kafka são servidores comunitários destituídos de suas casas de oração; seus estudantes são escolares desviados (Benjamin, 2024, p. 129).

O segundo eixo é o do assimilacionismo, fato que levou muitos judeus a estudarem em escolas seculares, a falarem alemão em vez do hebraico ou ídiche. Segundo Michel Löwy<sup>2</sup>, foi

---

<sup>2</sup> Filósofo e sociólogo brasileiro, filho de judeus que emigraram da Europa Central. Sua família tem origem na região do antigo Império Austro-Húngaro, mesmo ambiente em que floresceu a vida intelectual de Praga. Estudou profundamente o judaísmo, romantismo e marxismo, principalmente Walter Benjamin, Gershom Scholem e Franz Kafka.

um movimento social, cultural e político que buscou integrar os judeus à sociedade europeia. Era um processo de germanização dos judeus de Praga, como a própria família de Kafka. Isso na tentativa de ser aceito como um cidadão europeu.

A lógica da assimilação cultural e o desejo de ascensão na escala de prestígio levam a burguesia judaica a enviar seus filhos à universidade, sobretudo a partir do final do século XIX: “Como a maior parte dos homens de negócios alemães, os judeus queriam ascender socialmente. [...] Desejavam que seus filhos e genros fossem mais valorizados que eles. Como a carreira de oficial ou alto funcionário – meta de um jovem cristão – era barrada para o judeu [...] apenas os estudos universitários permaneciam-lhes abertos.” (Löwy, 2020).

Esse movimento só foi possível graças ao processo de emancipação civil dos judeus, nos séculos XVIII e XIX, em que um corpo de leis, o direito formal do império, tinha o objetivo de modernizar e integrar as diversas populações. Formalmente, tinham cidadania, já que foram abolidas as restrições ao exercício profissional, às universidades, a liberdade para atuar na indústria e comércio. De início, a assimilação parecia ser uma consequência natural da emancipação, permitindo que assumissem um lugar na sociedade. Mas, a emancipação prometida pelo direito formal Austro-Húngaro e a sua luta por igualdade não se concretizaram, já que continuavam sendo marginalizados. A assimilação não conseguia levantar as barreiras do antissemitismo, muito menos apagar séculos de preconceito.

Sobre o terceiro eixo, o nacionalismo tcheco, este representava um problema para as autoridades, uma vez que o Império Austro-Húngaro era um espaço de convivência forçada entre muitos povos. José II, em 1784, decretou que o alemão era a língua exclusiva da administração e do ensino. O tcheco só era permitido nas escolas fundamentais, de forma que a germanização avançou, despertando uma forte oposição ao domínio da língua alemã. O movimento lutava por reconhecimento; status de igualdade com o tcheco. As desavenças eram constantes. Escolas, universidades e repartições públicas se transformaram em palco de disputas. Viam na língua tcheca uma espécie de última trincheira, uma luta contra o domínio dos Habsburgos.

Roubar de um homem a sua língua é roubar-lhe o seu sentido primário e mais básico de identidade; e a defesa da trincheira última da língua materna converte-se em um ponto de união do que começou como uma luta pela identidade étnica

e cultural e culminou nos movimentos de libertação nacional que acabaram por condenar a monarquia dos Habsburgos. (Pawel, 1984. P.21-22).

Mas, a questão central é como esse limiar de três mundos, foi capaz de influenciar a literatura de Kafka? Sua posição é de quem não encontra lugar, um crítico da Lei que proclama igualdade, mas que acabou servindo para excluir o outro, o judeu, o estrangeiro, o não nacional. Por isso, a proposta é essa: conectar os três eixos, tendo como pano de fundo o direito formal do império. Esse triplo horizonte constitui um robusto material para sua escrita, na medida em que expõe o viver entre mundos que se cruzam, sem jamais se reconciliarem plenamente.

A presente pesquisa tem como fundamento a análise das obras literárias de Franz Kafka, especialmente “Diante da Lei”, “O Processo” e O Castelo, articuladas aos estudos teóricos sobre direito, burocracia e poder, além de fontes históricas relacionadas à organização administrativa e jurídica do Império Austro-Húngaro e ao contexto político, cultural e social da cidade de Praga. O método consiste no exame interpretativo dos textos literários, mediante uma perspectiva interdisciplinar entre literatura, direito e história, com o objetivo de compreender de que modo os conflitos jurídicos e políticos do período se manifestam na obra kafkiana.

## 2. A EUROPA DE KAFKA

Ele era, ao mesmo tempo, judeu, alemão e tcheco, nascido em 1883 como súdito dos Habsburgos, na cidade de Praga, coração da Europa, falecido em 1924, como cidadão da antiga Tchecoslováquia. Além do alemão, falava tcheco e ídiche, idioma que aprendera na vida adulta. Por isso, antes de qualquer coisa, ele foi um europeu. Não é à toa que a figura do viajante é uma das mais estimadas, sendo oportuno pensar no agrimensor de “O Castelo” ou o explorador de “Na colônia penal”. São personagens que enfatizam a preocupação do escritor com a questão do pertencimento, remetendo ao período de ressentimentos dos diversos povos com o domínio imperial de Viena, principalmente na região da Boêmia, marcada por uma forte industrialização.

O Império Austro-Húngaro surgiu a partir do Compromisso do antigo Império Austríaco com o Reino da Hungria, em 1867. Foi a última versão de uma unidade política constituída pelos Habsburgos desde o século X, tendo expandido suas fronteiras por aproximadamente

mil anos, até a sua extinção em 1918. O Império Austro-Húngaro surgiu a partir do Sacro Império Romano Germânico, uma entidade política composta por territórios semi-independentes, como ducados, bispados, principados e cidades-livres. Em razão das guerras napoleônicas o Sacro Império foi extinto em 1806. Mas, antes disso, o último imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Francisco II, reorganizou grande parte do Império, criando um novo estado centralizado, o Império Austríaco, governado por Viena. Entretanto, após a derrota para a Prússia em 1866 e para evitar a separação do imenso território, realizou um acordo com os húngaros, o chamado Compromisso Austro-Húngaro, transformando o Império Austríaco na Monarquia Dual Áustria-Hungria. Esta última versão do Império não representava uma mera continuação, mas sim uma nova configuração pois, a extinção do antigo Sacro Império significava a cisão com a estrutura feudal da Europa Central.

O Império só era moderadamente repressor, mas não constituía nenhuma democracia pluralista ao estilo suíço, e seus líderes não desejavam sê-lo. À medida que, cada vez mais, novas nacionalidades, por toda a Europa, aspiravam à autodeterminação, sua destruição parecia predeterminada. As duas nacionalidades mais influentes, os falantes de alemão e de húngaro, constituíam menos da metade da população total. Se as outras se desligassem do Império, elas teriam pouco incentivo para permanecer unidas, e a Monarquia Dupla provavelmente se desintegraria. O Império compreendia um mosaico de subsistemas políticos, unidos por meio da pessoa de Francisco José. (Stevenson, 2016).

Esta região, também chamada de Europa Média ou Mitteleuropa, abrangia os territórios entre a Alemanha e a Rússia. Segundo Claudio Magris<sup>3</sup>, via Remko Smid<sup>4</sup>, esse conceito geográfico é uma chave de leitura para Kafka, já que entende a região como sendo o símbolo da crise espiritual desse espaço histórico, o sonho de universalidade convivendo com a sensação de ruína. A Europa Central não era apenas um projeto político ou programa de dominação, mas um espaço onde se desenvolveu a coexistência de diversas culturas, povos e línguas no território Austro-Húngaro. Além da multiplicidade linguística, como a dos alemães

<sup>3</sup> Escritor, ensaísta e germanista italiano, nascido em Trieste, é especialista em literatura austro-alemã e estudioso de autores como Kafka, Musil e Joseph Roth.

<sup>4</sup> Acadêmico e pesquisador da obra do italiano Claudio Magris, conhecido por sua tese de doutorado sobre a obra de Claudio Magris, publicada em 2019, explorando os conceitos de história, ética, identidade e como se articulam na literatura, provocando reflexões sobre o projeto cultural europeu contemporâneo.

húngaros, tchecos, eslavos, judeus, etc., tinha ainda a diversidade religiosa, tais como católicos, protestantes, ortodoxos e judeus. Era um laboratório para análise da modernidade e seus descontentamentos, um processo de mudança constante; a busca por identidade e, ao mesmo tempo, respeito à diversidade.

A Mitteleuropa internacional, hoje idealizada como harmonia de povos diferentes, foi, sem dúvida, uma realidade do império habsbúrgico, no seu último período, uma tolerante convivência que compreensivelmente deixou saudades depois de seu fim, também pelo confronto com a barbárie totalitária que lhe sucedeu, entre as duas guerras mundiais, no espaço danubiano. (Magris, 2008, p. 36).

No fim, a elasticidade do conceito de Mitteleuropa impede a possibilidade de uma unidade real, de redução a qualquer identidade, tanto individual quanto coletiva. Um Estado que tentou manter unidas identidades nacionais divergentes através da Lei, da burocracia e da cultura, produzindo um resultado paradoxal, ou seja, de um lado uma coexistência refinada e cosmopolita, do outro, uma crise de pertencimento consubstanciada no colapso da legitimidade política.

Kafka, em sua obra, incorpora o falecimento da ordem imperial, na medida em que convive entre três mundos, o alemão, o tcheco e o judaico, mesmo sem pertencer a nenhum deles, justamente a condição da Europa Central, em que o universalismo e a exclusão conviviam profundamente tensionados. Kafka é um representante expressivo dessa crise, um judeu de Praga que compõe a ambiguidade desse espaço e, de alguma forma, antecipa o colapso europeu.

### 3. O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO

Kafka viveu em um período de intensas transformações sociais, culturais e econômicas que assolaram a Europa Central, desde o século XIX, no qual é possível destacar o processo de secularização como um movimento de declínio da influência religiosa e abandono de instituições de fé, provocando impacto significativo da sociedade. A religião deixava de ser o eixo central da vida pública e privada, abrindo espaço para outras questões como a ciência e a política. Kafka cresceu em um ambiente no qual o judaísmo estava enfraquecido, justamente por conta da secularização. Em suas obras o sagrado é substituído por sistema burocráticos. Tudo o que fosse transcendência, como Deus, a Torá ou a tradição, se transformou em silêncio

e vazio. O homem moderno perde as certezas trazidas pela religião, sem encontrar um substituto adequado. Apesar de distante do judaísmo, também nunca se sentiu integrado à cultura majoritariamente cristã. Essa posição de não pertencimento se refletiu em sua obra, na medida em que os personagens eram defrontados com situações de alienação e exclusão.

A secularização despertou nele o interesse tardio pelas formas culturais do judaísmo, tais como a literatura, o hebraico, o ídiche, o que não representou uma volta à religião, mas a busca por uma espécie de identidade cultural. Essa tensão entre herança judaica e a crença secular possui reflexo em obras como “O Processo”, em que Deus é substituído pelas instituições burocráticas. No texto, O sacerdote revela que também pertence a um tribunal, ou seja, a Igreja não aparece como instância independente, mas integrada à máquina judicial: “Você é o capelão do presídio — disse K. aproximando-se do sacerdote. Pertencço, pois, ao tribunal — disse o sacerdote.” (Kafka, 1997).

A Europa foi o berço do processo de secularização. Eventos como a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa foram cruciais para confrontar o poder da Igreja e promover a separação entre o Estado e a religião. No caso do secularismo judaico, seguiu o mesmo padrão das sociedades europeias, de forma que os processos de integração caminharam lado a lado com o enfraquecimento da autoridade rabínica.

Enquanto que a secularização foi um processo social e histórico de redução da influência religiosa na sociedade, o Iluminismo foi um movimento filosófico europeu com ênfase no uso da razão, da ciência, na promoção da liberdade individual e da tolerância religiosa, buscando modificar o sistema político e social. Paralelamente ao Iluminismo, houve um movimento específico que buscava a reforma interna da comunidade judaica, denominado Haskalá ou Iluminismo Judaico, surgido no século XVIII, sob a liderança de pensadores como Moses Mendelssohn, defensor da integração dos judeus à sociedade europeia através da educação laica, do equilíbrio entre a fé e a razão, além da renúncia aos costumes arcaicos. O Iluminismo judaico foi o caminho para a assimilação cultural, já que defendia a participação civil plena e a absorção de elementos da cultura germânica. O objetivo consistia em tornar os judeus cidadãos iguais, utilizando o alemão como idioma da cultura e da

ciência, acercando-se de modos de vida em sintonia do o cosmopolitismo. Para Betty B. Fuks<sup>5</sup>, a conversão ao Iluminismo judaico se constituiu em uma estratégia de resistência:

De modo geral, os efeitos da secularização incentivada pelos valores iluministas vieram a penetrar no seio da comunidade judaica através da Haskalá, com suas propostas de reformas dos costumes tradicionais e do dogmatismo religioso, e seu esforço para viabilizar a compatibilização entre religião e saber leigo. Com o advento da emancipação, a lógica da assimilação cultural fez-se mais forte — a grande maioria dos judeus que foi para a universidade abandonou a tradição da leitura da Torá, voltando-se para estudos cosmopolitas. As famílias assimilavam-se a tal ponto que muitos judeus perderam a referência à tradição, pelo menos conscientemente. (Fuks, 2025).

Entretanto, quando quis apagar traços do passado medieval, houve uma reação quase simultânea à *Haskalá*, qual seja, do movimento religioso conhecido como Hassidismo, cujo propósito era reforçar a própria identidade contra as influências externas. Seus adeptos eram hostis aos ideais do Iluminismo, orientando os seguidores a serem fieis a tradição judaica, de forma a renunciar a quaisquer influências modernas. O movimento não era predominante em Praga, como na Galícia, mas era intenso na transmissão da tradição oral através do teatro ídiche:

O Hassidismo é definido como uma corrente mística criada na Europa oriental nos séculos XVIII e XIX. Movimento de oposição à corrente erudita do judaísmo, visava a valorização da subjetividade do sentimento religioso, da exaltação, da alegria de viver e da prática cotidiana da fé e renovou as forças vitais e as bases populares da vida sociorreligiosa judaica na Europa oriental. O pietismo hassídico promoveu uma reelaboração do entusiasmo religioso e democratizou-o, uma vez que autorizava a todos o conhecimento da Torá por meio não apenas do saber e do intelecto, mas da devoção e do sentimento. (Fuks, 2025).

O Hassidismo se propagou em ídiche, uma língua que remonta ao século X, com base na língua hebraica e que absorveu palavras e expressões do alemão, tcheco e eslavo. O uso de sua estrutura promoveu ativamente a literatura, o teatro e a imprensa, valorizando a vida e a cultura judaicas. A atividade cultural de Praga mantinha viva as tradições populares judaicas, principalmente através do teatro ídiche, com reverberações de religiosidade hassídica. O fato é

---

<sup>5</sup> Psicanalista e escritora, realiza reflexões sobre o exílio como experiência constitutiva da identidade judaica. Retoma a figura de Freud como um pensador assimilado, integrante da intelectualidade judaica, assim como foram Walter Benjamin e Franz Kafka.

que esse movimento teve um impacto na promoção da vida religiosa, trazendo uma revitalização dos aspectos místicos da religião. Apresentava um caminho oposto ao Iluminismo judaico, ou seja, em vez de defender a razão e a integração, ofereciam mística e devoção. Qualquer tentativa de renovação proveniente de fora era rechaçada: “Depois da Haskalá, o judaísmo rabínico tornou-se conservador, inflexível e repressivo; o Hassidismo o acompanhou nesse caminho intacto, rígido, fechado, impermeável a toda contribuição cultural externa. (Löwy, 2012)”.

A dimensão do contraste entre a experiência espiritual e o racionalismo da Haskalá pode ser visto em “O Castelo”, através da figura do agrimensor e a sua busca por reconhecimento de uma autoridade distante e inacessível: “O senhor não é do castelo, o senhor não é da aldeia, o senhor não é nada”. (Kafka, 2000). O castelo pode ser considerado o símbolo do poder, do divino, aquele que governa, mas nunca se mostra, remetendo a uma experiência mística de um deus transcendente e, ao mesmo tempo próximo.

Esse conflito marcou o judaísmo do século XIX e se projetou para Praga, no tempo de Kafka, apresentando duas respostas para uma mesma questão, ou seja, como os judeus deveriam viver na modernidade, entre a integração ou a exclusão. Ele foi educado em uma tradição racionalista, fruto da Haskalá e, parecia obcecado pela burocracia, pelo sistema jurídico, já que seus personagens estão em estado de espera, aguardando uma ordem, um comando que nunca chega.

Embora Kafka não fosse um teólogo, suas histórias e parábolas ofereciam, ainda assim, uma um retrato de uma modernidade sem Deus e uma teologia vazia do divino. Por exemplo, na parábola de Kafka, “Diante da Lei”, o protagonista se depara com o portão da lei que não consegue atravessar. A entrada demonstra a revelação inacessível de Deus, da verdade, da justiça. “Aqui ninguém mais podia ser admitido, pois esta entrada estava destinada só a você. Agora eu vou embora e fecho-a.” (Kafka, 1998) – disse o porteiro para o camponês, pouco antes de este morrer, ao explicar por que ninguém mais tentou entrar.

A burocracia retratada em obras como “O Processo” e “O Castelo” podem ser vistas como uma crítica ao projeto Iluminista de integração que ficou apenas na promessa, na medida em que manteve os preconceitos. Por isso, Enrique Mandelbaum<sup>6</sup> afirma que Kafka estava

---

<sup>6</sup> Psicanalista e ensaísta brasileiro, conhecido principalmente por seu trabalho de leitura psicanalítica da literatura, especialmente da obra de Franz Kafka, expondo o contexto de uma tradição religiosa perdida,

situado na “ponte do impossível”, expressão que procura explicitar o conflito kafkiano de estar entre duas tradições, o Iluminismo e a mística hassídica. Sua literatura está inseparável desse dilema histórico e cultural; o fato de ser judeu na Europa Central, com promessas de integração defendidas pelo Iluminismo e, ao mesmo tempo, viver sob os auspícios da mística religiosa. Ele não escolhe um dos lados, optando por transformar o impasse no âmago de sua obra.

#### **4. A EMANCIPAÇÃO DOS JUDEUS NO IMPÉRIO AUTRO-HÚNGARO**

O pai de Kafka foi exemplo de um judeu emancipado, ou seja, abandonou as práticas religiosas tradicionais em favor de uma ascensão social e identificação com os valores burgueses alemães de Praga. Uma vez inseridos no processo de secularização, a emancipação civil proporcionou melhoria no padrão de vida, bem como uma identidade fragmentada, de impacto da tradição religiosa.

Nos séculos XVIII e XIX, O Império Austro-Húngaro, sob forte influência das reformas do Iluminismo e das ideias liberais, deu início ao processo de emancipação dos judeus através da concessão de direitos civis e políticos. José II, no século XVIII e Francisco José, no século XIX, governavam um Império com diversas nacionalidades, com múltiplas etnias e várias línguas. Essas reformas são atribuídas a necessidade de modernização do Estado, centralização do poder e integração das diversas populações, tais como alemães, tchecos, italianos húngaros, judeus, entre outros.

O imperador José II foi um dos representantes do despotismo esclarecido na Europa, inspirado nas ideias do Iluminismo. Com esse espírito, editou uma série de Patentes de Tolerância (1781-1782), no propósito de diminuir o poder da Igreja Católica, ampliando os direitos das minorias religiosas. Inicialmente, o Édito de 1781 foi direcionado para protestantes (luteranos e calvinistas) e ortodoxos.<sup>7</sup> A extensão aos judeus ocorreu mediante o Édito de 1782. A partir de então, foram autorizados a frequentar as escolas públicas e universidades. A ênfase

---

revelando os registros de uma relação entre vida e literatura,

<sup>7</sup> O decreto de Frederico II e os Éditos de Tolerância (1781 e 1782) promulgados por José II, consultados para a elaboração do presente trabalho, está disponível na Internet em razão de um projeto acadêmico online que reúne documentos históricos e imagens sobre a história da Alemanha, desenvolvido por German Historical Institute (GHI) em Washington, D.C., em parceria com outras instituições.

na educação teve como inspiração a Prússia protestante, a primeira a introduzir a educação compulsória universal.

Em 1763, Frederico II, Rei da Prússia, decretou quatro anos de educação para todas as crianças do reino. Quando resolveu introduzir a alfabetização compulsória, estava sob a influência dos enciclopedistas, implementando, na prática, as suas ideias. Seguindo o mesmo padrão, a alfabetização compulsória também foi implementada no Império Austro-Húngaro em 1774, sendo uma derivação do modelo prussiano. O objetivo principal era homogeneizar culturalmente as diversas populações para os fins de evitar a o separatismo linguístico, fomentado por problemas políticos e administrativos, já que seu território era composto de minorias heterogêneas que não eram austríacas.

Uma questão muito mais disruptiva, em última análise, dizia respeito à complexa mistura de nacionalidades aglomeradas na improvisação fortuita conhecida como Áustria-Hungria, que continha numerosas minorias que não eram austríacas nem húngaras, como os tchecos, os eslovacos, os croatas, os rutenos, os eslovenos, os romanos e os poloneses. (Pawel, 1986, p. 21).

O Édito de Tolerância promulgado por José II, em 1782, teve um profundo efeito sobre a população judaica do Império; foi o marco inicial da emancipação dos judeus no Império Austro-Húngaro. Os guetos foram oficialmente abolidos. Teoricamente, estavam autorizados a frequentar as escolas e universidades públicas, bem como permitida a posse de imóveis. O imperador os percebia como recursos úteis ao Estado, desde que fossem germanizados. A cidadania ainda não era plena, mas foi o alicerce da futura emancipação jurídica. Foram necessárias várias décadas para que as barreiras legais pudessem ser derrubadas ao nível de uma igualdade nominal. Os judeus entendiam o Édito como uma oportunidade de ascensão social, apesar da ameaça à tradição religiosa.

A Boêmia também foi um dos locais do Império onde o Édito de Tolerância foi aplicado. A comunidade judaica em Praga trilhou um gradual processo de integração. Antes da reforma, os judeus da cidade viviam no gueto de Josefov, um bairro murado onde viviam marginalizados, excluídos da sociedade.

A nova legislação determinou a adoção de nomes e sobrenomes alemães, sendo obrigatório o uso do alemão em todos os documentos legais, tais como certidões de nascimento e casamento. Também ficaram submetidos ao serviço militar obrigatório. O Édito exigiu que cada escola primária judaica da Boêmia ministrasse suas aulas em alemão. Dessa forma, a escola se transformou em um posto avançado de germanismo, mesmo em uma localidade onde a maioria da população falava tcheco. Com o passar do tempo, as disciplinas judaicas foram paulatinamente perdendo importância, no qual o foco foi redirecionado para uma orientação germânica. Tais desdobramentos induziu parte da população a desvencilhar-se de seu passado, das tradições, do ídiche.

As reformas administrativas e jurídicas promovidas por José II teve o escopo de unificar o poder estatal através de uma centralização administrativa, mediante a codificação de procedimentos, concretizando a ideia de igualdade jurídica formal entre os súditos do Império. Era noção de direito universal posta em prática através de leis abstratas e uma suposta neutralidade. Mas, na prática, o efeito era outro, ou seja, para determinados indivíduos que não pertenciam a uma identidade nacional estável, como os judeus ou ciganos, a norma somente atuou como uma classificação meramente burocrática, apenas indicando os que eram nacionais e estrangeiros, permanecendo embutida toda a carga de preconceitos e discriminações.

Em 1848, assume Francisco José, justamente na época da primavera dos povos, dos movimentos liberais que pressionavam o Império por reformas. No intuito de abrandar os povos do Império, resolveu realizar uma série de reformas políticas, administrativas e civis. O intento foi possível com Constituição de Dezembro de 1867, o Compromisso Austro-Húngaro<sup>8</sup>, no qual estabeleceu a Monarquia dual. Decretava a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, permitindo a liberdade de culto, o direito de ocupar cargos públicos, o livre exercício das profissões liberais e a participação na vida política.

A rigor, os judeus representavam 4,5% de toda a população do Império Austro-Húngaro. Na chamada “era do liberalismo” imperial, a partir do fim da década de 1860, a introdução gradual da igualdade perante a lei aumentou

---

<sup>8</sup> A Constituição que estabeleceu a Monarquia Dual e que garantiu a emancipação dos judeus pode ser consultada na Internet em razão da iniciativa da Universität Bern, que fornece traduções em inglês das constituições de vários países.

as expectativas das comunidades judaicas de integração social. (Cordeiro, 2025, p. 53).

Na prática, a integração dos judeus acontecia em meio às barreiras de acesso a cargos, pressões para a assimilação, políticas nacionalistas e casos de antissemitismo. O direito formal não é neutro. As reformas do Império, a constituição, leis e decretos tendem a se mostrar como de interesse geral, contudo, as políticas públicas e as práticas administrativas traduzem disputas locais pelo poder, como em regras aplicadas de maneira desigual a determinados grupos, minorias religiosas, étnicas ou linguísticas. A cidadania é declarada, mas os direitos civis podem ser ajustados por regulações de acesso a empregos, habitação, educação, o que, no cotidiano, promovem a discriminação de certos grupos. Embora a estrutura administrativa pareça imparcial, ela pode excluir indivíduos, colocando-os à margem social ou institucional.

E Kafka, vivendo em Praga, uma cidade cosmopolita da Europa central, foi testemunha da atuação moderna do Estado sobre indivíduo. Suas narrativas parecem indicar que a promessa de igualdade perante a lei não resulta em pertencimento. É paradoxal que o indivíduo, quando confrontado com uma máquina jurídica que, em tese, deveria ser neutra, atua como um instrumento de exclusão. Nos dois romances aqui analisados, a lei se mostra de uma forma obscura, através de um regramento que o indivíduo não compreende, mas que, o aparente intento de justiça é convertido em uma forma de controle. Os personagens são vítimas de um sistema burocrático que pretende mantê-los à margem da sociedade, de uma forma não integrada. Embora o arcabouço legal das reformas se apresente como imparcial e universal, ele incorpora agentes vinculados a identidades nacionais, religiosas ou éticas, que acabam por definir quem pertence e quem não pertence à ordem por ele instituída.

O ambiente em que Kafka cresceu foi o resultado direto do direito formal empreendido por Francisco José, ou seja, os judeus não eram mais confinados em guetos, mas também não eram completamente aceitos pela sociedade. Essa ambiguidade pode ser melhor explorada através do processo histórico de assimilação.

## **5. O ASSIMILACIONISMO EM KAFKA**

O assimilacionismo judaico foi um movimento social, cultural e político que procurava integrar os judeus à sociedade europeia, ao mesmo tempo em que estimulava o afastamento da tradição religiosa. Era uma tentativa de ser aceito como cidadão europeu, às custas da própria identidade. Esse processo começou no século XVIII, logo após a emancipação, quando lhes foram concedidos os direitos civis, desde que se adaptassem ao padrão cultural dominante (germânica). Era uma espécie de integração condicional, em que poderiam ser aceitos desde que deixassem de ser judeus.

Após promulgada a Constituição de Dezembro, em 1867, os judeus da Boêmia obtiveram a tão esperada igualdade civil. Por isso, muitos adotaram a cultura e a língua alemães, abandonando o ídiche e a tradição judaica. Uma parte da elite judaica permitiu assimilar-se à cultura dominante. O pai de Kafka pode ser considerado um exemplo disso, quando buscou o sucesso econômico e a respeitabilidade da burguesia. Via na germanização um caminho para a ascensão social, tanto que deu nomes alemães para todos os filhos (Georg, Heinrich, Elli, Valli e Ottla).

A lógica da assimilação cultural e o desejo de ascensão na escala de prestígio levam a burguesia judaica a enviar seus filhos à universidade, sobretudo a partir do final do século XIX: “Como a maior parte dos homens de negócios alemães, os judeus queriam ascender socialmente. (Löwy, 2017).

O escritor percebeu a falsidade desse processo e que a assimilação não eliminava os obstáculos sociais. A emancipação jurídica era apresentada, mas a questão judaica da identidade judaica permanecia em aberto, entre a assimilação e a tradição religiosa.

Os personagens de Kafka enfrentam sistemas obscuros, regras inacessíveis e instituições que tratam os indivíduos apenas como peças de uma máquina burocrática. Essa imagem reflete uma forma de assimilação forçada, em que são concedidos direitos, mas sem o reconhecimento do grupo que os domina. Uma forma de questionar até que ponto uma comunidade minoritária deveria se assimilar à outra dominante. A crítica que se apresenta está na promessa de pertencimento, imposta pelo direito formal do Império. A lei pode atuar como operadora da exclusão, tendo em vista que o arcabouço legal criado por José II e, posteriormente ampliado por Francisco José, formatou a realidade testemunhada por Kafka,

qual seja, a promessa de igualdade perante a lei não exclui a impressão de ser estrangeiro no próprio local de nascimento. É possível ver o assimilacionismo como política formal de cidadania em que, na teoria, as barreiras teriam sido eliminadas. Porém, na prática, eram pressionados para que abandonassem traços culturais e religiosos, ampliando a tensão entre pertencimento e identidade coletiva.

Até certo ponto, essa assimilação era bem-sucedida, mas chocava-se contra uma barreira social intransponível. (...). Ela chocava-se também contra a exclusão de fato de uma série de domínios: a administração, o Exército, a magistratura, o magistério – e sobretudo, a partir de 1890, contra um crescente antissemitismo, que tem seus ideólogos, seus ativistas, sua imprensa. Por todos esses motivos, as comunidades judaicas da Europa Central não são realmente integradas pela sociedade que as cerca.” (Löwy, 2020).

O direito formal do Império era igual na teoria e desigual na prática, ou seja, por via de regra, concedia direitos civis, mas no cotidiano, a aplicação da lei era intermediada através de relações locais, preconceitos culturais e religiosos. Dessa forma, pessoas poderiam possuir direitos, mas para fazê-los cumprir, teriam que enfrentar obstáculos profissionais, educacionais ou dificuldades por questões de etnia ou religião.

A língua e a cultura alemãs integram o elemento federativo principal do Império. O objetivo das autoridades de Viena era germanizar os judeus para serem usados nas regiões rebeldes, como forma de abrandar os nacionalismos em ebulição, utilizando o sistema de educação como componente central da política monárquica. A Boêmia e Morávia são regiões em que a presença judaica é muito antiga, remontando a Idade Média. A atuação da Áustria no local elucida a rápida germanização dos judeus. Em 1784, José II substituiu o latim e o tcheco pelo alemão como a língua de administração, educação superior e justiça<sup>9</sup>. A medida tinha a sua utilidade, já que o Estado, seus órgãos e repartições, deveriam usar o alemão em todos os negócios. O objetivo era claro: forçar a germanização de todas as minorias do Império e, ao mesmo tempo, legitimar o poder estatal. E isso dialoga com as tensões decorrentes da

---

<sup>9</sup> O decreto de Jose II que impôs o alemão como língua da administração no Império Habsburgo pode ser encontrado na *Internet Archive*, instituição sem fins lucrativos que tem por objetivo preservar conteúdos digitais e disponibilizá-los gratuitamente ao público.

assimilação e da experiência de estar em constante avaliação de uma autoridade. Quando K. chega a uma vila sob a jurisdição de um castelo, as autoridades atuavam por meios que não eram transparentes, tais como mensagens, citações e comunicações que nunca chegavam.

Você está me prometendo transmitir o recado, mas como posso realmente acreditar em você? E preciso tanto de um mensageiro digno de confiança, agora mais que nunca! (...) Sem dúvida vou transmitir a mensagem — disse ele. — Também aquilo que me encarregou a última vez de dizer eu vou sem dúvida transmitir. — Como? — bradou K. — Você ainda não passou a mensagem? Não esteve, portanto, no dia seguinte no castelo? — Não — disse Barnabás. (...). Mas logo vou retornar ao castelo. — Mas o que você está fazendo, criatura incompreensível? — gritou K. batendo na testa. — Então os assuntos de Klamm não têm precedência sobre tudo o mais? Você tem o alto cargo de um mensageiro e o administra tão miseravelmente assim?

O agrimensor buscava legalizar seu status perante aquela comunidade. Entretanto, ficava a sensação de deslocamento por conta da tensão entre o indivíduo e a administração local: “(...) pois se tratava de minha existência, que está ameaçada por um sistema administrativo ultrajante, cujos pormenores não preciso expor ao senhor, já que o senhor mesmo é um elo ativo dessa autoridade.” (Kafka, 2000).

Mesmo assimilado e emancipando, ainda assim o indivíduo não é plenamente reconhecido pela autoridade. Reforça a ideia de que os indivíduos continuam expostos a um poder abstrato e desprovido de clareza, ressoando como uma crítica aos sistemas legais burocráticos que surgem com a modernidade estatal. Josef K., é preso pela manhã, em seu quarto, por um crime não sabido, sem que lhe fosse informada a acusação, em uma representação do absurdo da máquina judicial, completamente diferente do que se vê em um estado de direito. O enredo é burocrático, já que os procedimentos não possuem finalidade explícita. As normas existem, mas não são claras; cada funcionário parece conhecer apenas uma parte delas. É possível encontrar a presença de funcionários e advogados em salas de audiências escritórios e repartições, locais com documentos e arquivos, mas ninguém explica o objetivo final do processo. Tem-se a impressão de que surgem apenas como símbolos de poder.

Que progresso o senhor queria ver, então? — perguntou K. — Uma pergunta muito razoável — disse o comerciante, sorridente. — Neste procedimento judicial, é raro que alguém veja progressos. Mas naquele tempo eu não sabia disso. Sou comerciante e na época eu o era muito mais ainda do que hoje, queria ver avanços palpáveis, tudo tinha que tender ao fim ou, pelo menos, tomar um caminho regular de ascensão. Ao invés disso, havia apenas interrogatórios, a maioria dos quais com o mesmo conteúdo; eu já tinha as respostas prontas como uma ladainha; várias vezes por semana vinham mensageiros do tribunal à minha firma, à minha casa ou a qualquer outro lugar onde podiam me encontrar (...) até entre meus colegas, mas particularmente entre meus familiares, começaram a se espalhar rumores sobre o meu processo; havia, pois, danos de todos os lados, mas nem o menor sinal indicava que a primeira audiência judicial teria lugar em data próxima. Então eu ia ao advogado e me queixava. Na verdade, ele me dava longas explicações, mas se recusava decididamente a fazer alguma coisa no sentido que eu propunha: ninguém tem influência para determinar a data da audiência. (Kafka, 1988).

### 6. O NACIONALISMO TCHECO

Em 1911, Kafka ingressou no curso de direito da Universidade Carolina de Praga<sup>10</sup>, a principal instituição de ensino superior da Boêmia e a primeira da Europa Central. Durante séculos, foi uma instituição bilíngue, alemão e tcheco. Entretanto, a partir do século XIX, com a progressão dos nacionalismos, passou a ser objeto de disputas. Em 1882, um decreto imperial dividiu a Universidade em duas instituições independentes: a universidade alemã de Praga e a universidade tcheca de Praga. Não é de se estranhar que essa divisão expôs o progressivo nacionalismo tcheco e a discriminação linguística, uma vez que alunos dos dois grupos deixavam de coexistir em um mesmo espaço. O certo é que a maioria dos judeus optou pela universidade alemã, inclusive Kafka. Isso criou ressentimentos dos nacionalistas tchecos, acusando os judeus de serem estrangeiros.

O alemão era a língua do Império, da literatura, e da ciência, de forma que Kafka usufruiu de um ambiente acadêmico germânico, apesar de duplamente excluído, sem pertencer inteiramente ao universo alemão ou tcheco. O fato é que o Estado promoveu a segregação linguística do ensino superior, demonstrando como políticas formais, como a criação de instituições paralelas prejudicavam a convivência de comunidades diversificadas, na mesma cidade. Foi uma política pública que promovia a língua dominante, o alemão, criando locais separados para a educação, a administração, concorrendo para a percepção de dois mundos em

<sup>10</sup> A controvérsia envolvendo a universidade foi extraída de artigo do acadêmico búlgaro Valentin Petroussenko, professor da Universidade de Plovdiv (Bulgária).

um mesmo território. Essa discriminação institucional, apesar de não excluir de forma não oficial, explicita as dificuldades de participação os judeus na sociedade.

A queda da bolsa de Viena, em 1873, deflagrou um período de estagnação por conta do excesso de produção e a falta de capacidade de absorção pelos mercados existentes. A desconfiança entre tchecos e alemães provocou uma ruptura, tanto no trabalho organizado, quanto nas instituições políticas. A pobreza e o desemprego provocaram frustrações que contribuíram para a perseguição aos judeus, enquanto o processo de industrialização insuflou os empregados tchecos contra os empregadores judeus. “O boicote tcheco logo pôs termo à maioria das firmas de propriedade judaica nas cidades e nos distritos rurais da Boêmia. A industrialização jogou os empregados tchecos contra os patrões judeus”. (Pawel, 1986, p. 40). Embora os muros do gueto tenham sido derrubados, os cidadãos do Império ainda eram acusados de serem judeus, de modo que não conseguiam entender a essência dessa acusação.

Na época de Kafka, a batalha foi no campo linguístico, em outros termos, foi a disputa pela língua tcheca na Boêmia, justamente a controvérsia que mais suscitou impactos na relação de tchecos com alemães.” (Pawel, 1986, p. 38). No ano de 1891, nas cidades da Boêmia, houve a substituição de todas as placas de ruas bilíngues (alemão-tcheco) por placas exclusivamente tchecas, medida que era de pouco valor, mas que teve repercussão. O alemão era a língua oficial, da administração, da educação, da Justiça. Por conta disso, era visto como um modo de assimilação forçada ou de supremacia cultural. Quando as mais diversas etnias do Império começaram a se organizar, a língua foi transformada em símbolo de resistência e, no caso dos tchecos, era uma autoafirmação face ao processo de germanização.

Praga era uma cidade bilíngue e de maioria alemã. Contudo, a partir do final do século XIX, os tchecos se tornaram maioria e passaram a exigir igualdade de status com os alemães. Isolavam as repartições que só atendiam em alemão. Exigiam que documentos oficiais fossem emitidos em tcheco. A tensão linguística se disseminou para o domínio social e econômico. Alemães e judeus, representantes da elite econômica e administrativa, estavam à frente na estrutura burocrática, no comércio e na indústria, enquanto os tchecos eram a maioria dos trabalhadores rurais e urbanos. Por isso, o nacionalismo tcheco incentivou a promoção de campanhas de boicote às empresas de

judeus germanizados e alemães. Muitos judeus de Praga estavam assimilados à cultura alemã, tendo o alemão como língua predominante. Como ocupavam as posições de lojistas e industriais, assim como no exercício de profissões liberais, os nacionalistas viam nos padrões judeus um prolongamento da dominação alemã, situação em que sem viam cada vez mais isolados e rejeitados. Não eram aceitos pelos alemães porque eram judeus nem, tão pouco pelos tchecos, já que eram vistos como inimigos germanizados, assimilados.

Os conflitos sociais alimentaram o antissemitismo. Em dezembro de 1897, ocorreram distúrbios antissemitas nas ruas de Praga, com tumultos orquestrados por toda parte, disseminando a violência, onde instituições culturais alemãs foram saqueadas. Os amotinados se voltaram para os judeus; invadiram sinagogas e pilharam estabelecimentos comerciais por três dias consecutivos: “Finalmente o governo viu-se forçado a declarar a lei marcial na cidade e a pôr tropas nas ruas para restabelecer a ordem” (Pawel, 1986, p. 42). Essas manifestações eram fruto do nacionalismo europeu, com sua lógica de habitação do espaço nacional através da língua, da cultura e da religião. O culto à nação pode transformar a cidadania em um código de leis que utiliza critérios de identidade que certos indivíduos podem não possuir.

Por isso, Kafka narra uma espécie de litígio com a lei, revelando a instrumentalização do Estado para eliminar as diferenças que não podem reunir como parte integrante. A orientação nacionalista é no sentido de considerar a diferença como risco à unidade. A lei instrumentaliza essa unidade e quem cumpre suas regras é integrado; quem descumpre, é visto como suspeito. Por isso, os personagens de Kafka tentam cumprir regras que não entendem; esperam que a justiça consiga ampará-los, mas ao contrário, permanecem distanciados do status de cidadãos.

## **7. A TRADIÇÃO JUDAICA**

Em junho de 1938, Walter Benjamin enviou carta à Gershom Scholem no qual observa que Kafka não era um escritor religioso, apesar de exalar um judaísmo deformado, uma tradição partida. Não era uma herança viva, apenas fragmentada; refugos deslocados que se apresentaram na forma de parábolas sem chave. Essa tradição interrompida era típica dos judeus da Europa Central, vivendo entre a memória dispersa e a comunidade que não oferece

mais sustentáculo. Por isso, ao representar a Lei em suas obras, essa se mostra inacessível, silenciosa, ou seja, uma herança sagrada que não mais possui condições de ser transmitida energicamente, com vivacidade. Seu judaísmo não se manifesta pela manutenção da tradição, mas por expor a ruína e a impossibilidade de se perpetuar. Em uma carta endereçada a Max Brod, Kafka expõe metaforicamente essa questão:

(...) O que desejava a maior parte dos jovens judeus que começava a escrever em alemão era deixar o judaísmo para trás, geralmente com a vaga aprovação de seus pais (o ultrajante é esse aspecto vago). Mais, suas patas traseiras ainda se aderiam ao judaísmo dos pais, e suas patas dianteiras, agitando-se, não encontravam nenhum novo chão. O desespero resultante tornou-se sua inspiração. (Mandelbaum, 2003).

Mandelbaum dá grande importância a imagem formulada por Kafka, na medida em que toda a história do assimilacionismo judaico no contexto alemão engendrou um animal híbrido atordoado, que possui as patas traseiras fincadas no piso judaico dos pais e as dianteiras oscilando sem chão à frente.

Desde a antiguidade, a identidade judaica foi edificada ao redor da *Halachá* ou Lei judaica, um sistema de normas que regula não somente a religião, mas também a vida diária. Abrangendo tanto a Torá como o Talmude, a Lei regula a conduta individual quanto coletiva, abrangendo questões que vão desde a alimentação até contratos, casamentos e herança. Os textos sagrados eram interpretados e transmitidos de geração a geração. Além disso, havia a esperança coletiva sobre a vinda do Messias, capaz de trazer justiça e redenção ao povo de Israel.

Enquanto o cristianismo pendia em separar a fé da lei, no judaísmo, de forte teor legalista, essa divisão não fazia muito sentido. A *Haskalá* já havia suscitado esse debate, sobre como seria possível harmonizar a *Halachá*, conjunto de leis, preceitos e costumes da vida cotidiana, com a emancipação. Se seria possível seguir os estritos ditames da Lei ou adaptá-la para os fins de proporcionar a integração junto à sociedade moderna.

Na parábola “Diante da Lei”, um camponês pede acesso à lei, mas o guardião impede a sua entrada, fazendo a falsa promessa de que talvez um dia possa entrar. O homem do campo espera até morrer, sem jamais conseguir acesso. Esta poderia estar representando sua própria

experiência com a Lei, inacessível e distante, uma sensação experimentada por muitos judeus de sua época, uma tradição que não mais conseguiam compreender. O guardião poderia estar representando as instituições jurídicas que impedem o acesso à Lei judaica, repercutindo o debate entre secularização e a tradição.

Para Benjamin, a obra de Kafka expõe um universo onde a tradição ainda existe, mas esvaziada; a narrativa que apresenta uma prática religiosa antiga e desprovida de clareza, em que a Lei está a sua frente, através de um portal, com promessa de acesso, mas que nunca se revela. É notório que, no judaísmo a Lei está associada a ideia de revelação, em que Deus revela sua vontade ao povo. Há um conteúdo a ser mostrado, uma lei que poderia ser acessada, porém a mensagem não é clara porque foi esvaziada. No ensaio sobre o escritor, Benjamin entende a obra de Kafka como uma tradição em ruínas, já que a lei não se revela. A modernidade, a assimilação e secularização tinham desgastado a herança da tradição judaica, restando apenas fragmentos, ruínas expressas na forma de processo, tribunal, sentença, restos reconhecidos, mas inacessíveis.

Sobre o fato de Kafka ter deixado instruções explícitas para que todos os seus escritos fossem destruídos, indicando uma profunda insatisfação com a própria obra:

Seu testamento ordena que ela seja destruída (sua literatura). Esse testamento, em torno do qual um confronto com Kafka é incontornável, alega que ela não deixa seu autor satisfeito. Que ele via seus esforços como insuficientes. Que ele contava a si próprio no rol daqueles que deveriam fracassar. Teria malgrado na árdua tentativa de converter a literatura em um ensinamento, e de restituir a persistência e a validade desse ensinamento na forma de parábola. No que concerne a razão humana, essa lhe pareceu a última forma literária apropriada. Escritor algum seguiu tão à risca o ditado: “não farás para ti imagem de escultura”. (Benjamin, 2025, p. 108).

Em “O processo”, é possível encontrar tribunais que lembram os tribunais rabínicos. Para esses, a lei tem uma origem revelada (Torá), de forma que os juízes, através de julgamentos, possam explicá-las ao acusado e aplicá-las no caso concreto, restaurando assim justiça na comunidade. No romance de Kafka, a origem da lei não é revelada, os protagonistas desconhecem os pormenores do processo, resultando em uma culpa que precede a acusação. Em “Diante da Lei”, há a figura do guardião da lei, mas seu acesso é barrado e a revelação não acontece. A porta e

o guardião parecerem repercutir, de alguma forma, a imagem da Lei judaica revelada no Sinai para ser guardada e interpretada, diferentemente do texto de Kafka, no qual a lei não é revelada; o homem só consegue visualizar o portal e não o seu interior, indicando assim uma forma externa de sobrevivência da tradição. O guardião e a lei continuam a existir, sem o conteúdo espiritual, sem a revelação ou os mandamentos.

Muitos judeus na época de Kafka não mais viviam de acordo com essa tradição, uma vez que a assimilação estimulou que estudassem em escolas seculares, falassem alemão, em vez do hebraico ou ídiche, buscando uma maior integração cultural. A Haskalá e a emancipação civil promoveram maior liberdade, ao mesmo tempo em que debilitaram a prática religiosa. A consequência disso para Kafka foi a adoção das formas externas da tradição, tais como leis e tribunais, sem manifestação de fé religiosa.

Apesar de afastados da fé e da efetiva prática religiosa, ainda era possível verificar a existência de formas exteriores da tradição, consistente em símbolos, rituais e hábitos. Casamentos, enterros e a circuncisão continuavam ocorrendo de acordo com a tradição, mesmo entre as famílias assimiladas, enquanto as festividades judaicas ainda eram celebradas, tais como o Pessach (Páscoa judaica) e Yom Kippur (Dia do Perdão). Mas, os mandamentos não são tão claros porque a interpretação da Torá ou Talmude, não é mais compartilhada, conforme no passado. O sentido espiritual da lei foi substituído pela burocracia e pelo direito formal do Império.

## **8. CONCLUSÃO**

Sua escrita parece trazer a ideia de um mundo em ruínas, prestes a desmoronar sobre a cabeça do leitor, dado que seus personagens estão em busca de respostas, alimentando uma falsa esperança, imbuídos de uma fé ingênua nas leis que supostamente poderiam ser reveladas. Kafka se apresenta em litígio com a lei, expondo sua instrumentalização como forma de apagar as diferenças. A orientação nacionalista entendia o diferente como uma ameaça à coesão social. A assimilação não conseguiu deter o avanço do antissemitismo, enquanto a secularização havia corroído a transmissão viva da tradição. O que restou disso foi transformando em literatura.

A análise dos textos de Kafka mencionados no presente estudo procurou evidenciar a experiência do escritor situado entre mundos que se interconectam sem jamais alcançar a conciliação plena. O direito formal do Império, marcado por sua hierarquia e inacessibilidade, apresenta o modelo da lei burocrática que entremeia sua narrativa; a tradição judaica, reduzida, estilhaçada, manifestada por formas externas, repercutindo em um horizonte que não consegue transmitir a herança religiosa; o nacionalismo tcheco, que teve como campo de batalha a língua e a autonomia, combustível desencadeador de tensões sociais que atingiram em cheio a cidade de Praga. Apesar das correntes se chocarem simultaneamente, Kafka não se deixou imobilizar por nenhuma delas, reagindo às influências através de histórias universais que pudessem suscitar reflexões sobre a alienação, autoridade e exclusão. Sua obra se apresenta no limiar das tradições, sem pertencer integralmente a qualquer uma delas, despertando um sentimento de deslocamento, gerando críticas às contradições do direito, da política e da modernidade, expondo para a posteridade o colapso da ordem estabelecida e o destino dos homens quando confrontados com a lei.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMGARTEN, Jean; ERTEL, Rachel; NIBORSKI, Itzhok; WIEVIORKA (Org.). Mil anos de culturas asquenazes. São Paulo: Editora do Bispo, 2010. 639p.
- BEGLEY, Louis. O mundo prodigioso que tenho na cabeça – Franz Kafka – Um ensaio biográfico. São Paulo: 2007. E-book.
- BENJAMIN, Walter. Franz Kafka: por ocasião do 10º aniversário de sua morte. In: *Kafka em quatro relatos - relâmpagos*. São Paulo: 100/cabeças, 2024. p 67-130.
- \_\_\_\_\_. SCHOLEM, Gershom. Correspondencia 1933-1940. Madrid: Editorial Trotta, 1987. E-book.
- CORDEIRO, Janaina Martins. Europa Central: a história fascinante de uma região decisiva. São Paulo: Contexto, 2025. 252 p.
- FUKS, Betty B. A vocação do exílio: Freud, psicanálise e judeidade. Rio de Janeiro, Editora Schwarcz, 2025. E-book.
- GERMAN HISTORY IN DOCUMENTS AND IMAGES. Frederick the Great, Compulsory Education Decree (1763). Disponível em <https://germanhistorydocs.org/en/the-holy-roman-empire-1648-1815/ghdi:document-5369> Acesso em 09/02/2026.
- \_\_\_\_\_. Emperor Joseph II's Toleration Patent for the Lands of the Austrian Empire (1781). Disponível em <https://germanhistorydocs.org/en/the-holy-roman-empire-1648-1815/ghdi:document-3643> Acesso em 09/02/2026.

\_\_\_\_\_. Joseph II's Edict of Toleration for the Jews of Lower Austria (1782). Disponível em <https://germanhistorydocs.org/en/the-holy-roman-empire-1648-1815/ghdi:document-3648> Acesso em 09/02/2026.

INTERNATIONAL CONSTITUTIONAL LAW (ICL) PROJECT. Austria: Basic Law on the General Rights of Nationals. (1867). Disponível em [https://www.servat.unibe.ch/icl/au03000\\_.html](https://www.servat.unibe.ch/icl/au03000_.html) Acesso em 16/02/2026.

KAFKA, Franz. Diante da Lei. In: Essencial Franz Kafka. São Paulo, Companhia das Letras: 2011. 296p;

\_\_\_\_\_. Na Colônia Penal, São Paulo, Companhia das Letras: 1998. 88p.

\_\_\_\_\_. O Castelo. São Paulo, Companhia das Letras: 2000. E-book.

\_\_\_\_\_. O Processo, São Paulo, Companhia das Letras: 1997. E-book.

LÖWY, Michel. Judeus heterodoxos: messianismo, romantismo, utopia. São Paulo, Perspectiva, 2012. E-book.

\_\_\_\_\_. Redenção e utopia: O judaísmo libertário na Europa. São Paulo, Perspectiva, 2020. E-book.

MAGRIS, Claudio. Danúbio. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 443p.

MANDELBAUM, Enrique Franz Kafka: um judaísmo na ponte do impossível. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. 228p.

PAWEL, Ernst. O pesadelo da razão: uma biografia de Franz Kafka. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1986. 453p.

PETROUSSENKO, Valentin. Charles University in Prague: Between the German and Czech Academic Tradition. Disponível em

<https://www.academia.edu/106361838/>

Charles\_University\_in\_Prague\_Between\_the\_German\_and\_Czech\_Academic\_Tradition?  
source=swp\_share

SMID, Remko. European vistas: history, ethics and identity in the Works of Claudio Magris. Oxford, Peter Lang Ltd: 2020, E-book.

STACH, Reiner. Kafka: Os anos decisivos. São Paulo: Todavia, 2022. 656p.

STEVESON, David. 1914-1918: a história da Primeira Guerra Mundial. Barueri: Novo século editora, 2016. E-book.

THE LAW ON THE GERMAN LANGUAGE IN ADMINISTRATION. (1784). Disponível em [https://web.archive.org/web/20100605201310/http://www.pitt.edu/~votruba/sstopics/slovaklawsonlanguage/Austrian\\_Law\\_on\\_the\\_German\\_Langauge\\_in\\_Hungary\\_1784.pdf](https://web.archive.org/web/20100605201310/http://www.pitt.edu/~votruba/sstopics/slovaklawsonlanguage/Austrian_Law_on_the_German_Langauge_in_Hungary_1784.pdf)